

GABINETE DO SUBPREFEITO – ATA CADESPINHEIROS -REUNIÃO ORDINÁRIA –18 DE JULHO DE 2023 -Aos 18º dia do mês de julho de 2023 reuniram-se na sede da Subprefeitura de Pinheiros, Avenida das Nações Unidas, 7.123, os membros titulares convocados e suplentes convidados para a sétima reunião ordinária do CADES Pinheiros em 2023, sob a presidência do Subprefeito de Pinheiros, Leonardo William Casal Santos. Participaram, conforme lista de presença, os Conselheiros Titulares da Sociedade Civil: Flávio Augusto W. Scavasin, Isaura Maria Ribeiro S. Leite, Juliana de Freitas Leal, Diego Ramos Lahoz, Gláucia Maria M. Santelli e Celina Cambraia F. Sardão; Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil: Helena Napoleon Degreas e Helena Maria Moura Fragomeni; Subprefeitura de Pinheiros :Leonardo William Casal Santos, Luis Fernando Guillon Pinto, Luiz Tiengo Júnior e Norival Nunes Rodrigues Junior; Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento: Tadeu Lara Baltar da Rocha; Convidados: Élen Soares(PAVS) e José Maurício dos Santos Mendes(morador); Ausências Justificadas: Ana Maria Wilhelm e Ingrid Person Galo(conselheiras titulares), Cyra Malta Olegário da Costa (Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente), João Lindolfo Filho (Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito) e Luiz Octavio da Silva(Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento).

ASSUNTOS TRATADOS:

- 1 – Conferência de dados de plantio e remoção de árvores com a SVMA
- 2 – Relato do GT Cidade Verde do Cades-Pinheiros
- 3 – Organização de pontos para o Plano de Bairro de Pinheiros
- 4 – Informe e pendências de reuniões passadas
- 5 – Rodada entre os conselheiros para temas não abordados anteriormente
- 6 – Outros assuntos de interesse do Conselho

DESTAQUES:

- 1- Os conselheiros deram boas-vindas, com votos de sucesso, ao novo coordenador de governo local, Luiz Fernando Guillon Pinto, que veio substituir Sidinei Couto Júnior, atual subprefeito da Lapa, a quem couberam elogios por sua atuação enquanto pertenceu aos quadros da Subprefeitura de Pinheiros.
- 2 - Apesar de os dados oficiais do município indicarem que de 2019 a 2022 a região de Pinheiros teria perdido 3.008 árvores pela diferença entre remoções e plantios, o subprefeito Leonardo William Casal Santos acredita que esses números possam ser menores, já que determinados plantios - alguns realizados até na sede da Subprefeitura - não foram registrados no Sistema de Gerenciamento da Zeladoria - SGZ da Secretaria Municipal das Subprefeituras - SMSUB, que trataria de todas as operações de zeladoria da cidade. Mas admitiu que muitas árvores foram removidas das áreas internas de moradias que foram demolidas em função da grande verticalização da região, sem que se tenha muitos locais nas ruas dos bairros para a compensação, posto que a região de Pinheiros, segundo seu entendimento, já é bastante arborizada.
- 3 - Por intermédio da conselheira Helena Maria Moura Fragomeni, foi apresentada a proposta do GT Cidade Verde do CADES Pinheiros que prevê - com o envolvimento do CADES Pinheiros, Subprefeitura de Pinheiros e participação popular - o intenso plantio de árvores de outubro de 2023 a fevereiro de 2024, época mais adequada ao plantio das chuvas, sendo 200 árvores em outubro, 400 em novembro, 200 em dezembro, 400 em janeiro e 400 em fevereiro, totalizando 1.600 árvores no período. Para isso, foi apresentado um projeto preliminar, elogiado pelos presentes e que se demonstrou promissor para novos plantios, assim estruturado: a) estabelecimento de meta, b) mapeamento prévio das áreas de plantio, c) escolha das espécies arbóreas, d) mudança do Viveiro - Abertura de SEI, e) planejamento da agenda da Florestana, f) mutirões com participação com Subprefeitura + CADES + participação popular, g) próximos passos e h) informações complementares. Esse projeto preliminar pode ser visualizado pelo link <https://bit.ly/plantio1600>.
- 4 - Não obstante o exposto acima, o coordenador de projetos e obras da Subprefeitura, Luiz Tiengo Júnior, esclareceu não ter equipes de plantio, cuja programação e execução, com equipes próprias, cabe à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA. Sendo assim, a subprefeitura não poderia solicitar árvores e essas, para o projeto, teriam de ser solicitadas pelos cidadãos por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI. Esclareceu que os poucos plantios pela Subprefeitura são realizados por equipes de poda a partir de plantas já destocadas.
- 5 - Antes de sair de reunião em função de outro compromisso, o Subprefeito mostrou a capa de uma encadernação que disse se tratar do plano de ação para a Subprefeitura de Pinheiros, que estaria em fase final de elaboração.
- 6 - Comunicou-se que ainda está sem resposta o ofício encaminhado pelo CADES Pinheiros, em dois de junho, aos cuidados de Rute Cremonini e CADES Regionais, no sentido de se dispor aos CADES recursos como os disponibilizados aos Conselhos Participativos Municipais - CPM, assim como não se tem notícias do andamento dos trabalhos da Subprefeitura de Pinheiros para a revitalização do Largo da Batata.

7 - Com relação aos SEIs (Sistema Eletrônico de Informações) abertos pelo CADES Pinheiros, informou-se que quatro ainda estão em andamento, seis foram encerrados satisfatoriamente e seis insatisfatoriamente. Desde a última reunião, recebeu um bom encaminhamento interno na prefeitura a solicitação de campanha educativa para plantio por cidadãos segundo o Manual Técnico de Arborização Urbana da SVMA (SEI 6050.2023/0004229-7). Já a proposta de "Pedestrovia" como alternativa às calçadas não acessíveis (SEI 6050.2022/0012880-7) lamentavelmente foi desconsiderada pela Prefeitura, sob o argumento de que já teriam "seis rotas acessíveis" por toda a cidade de São Paulo. Equanto à Solução Viária da CET para a região do

entorno do Hospital das Clínicas, diante de tantas edificações simultâneas (SEI 6050.2023/0009773-3), apesar do processo estar sendo finalizado, na prática não parece ter havido melhoria na área, conforme relatado pela conselheira Helena Napoleon Degreas. Assim, esse SEI continua sem resultados, assim como continuam sem conclusão os seguintes SEIs: realização de um levantamento sobre patrimônio cultural e histórico do bairro de Pinheiros (SEI 6050.2022/0012872-6, aberto em 03/08/22 e sem evolução desde 17/08/22), o ofício solicitando informações sobre o andamento da regulamentação da Lei Municipal nº 17.261, de 13 de janeiro de 2020, que dispõe sobre proibição de fornecimento de produtos de plástico de uso único nos locais que especifica (SEI 6050.2023/0004211-4, aberto em 10/03/2023) e a solicitação dos Contratos de plantio na região de Pinheiros que estejam em execução (SEI 6050.2023/0004231-9, aberto em 10/03/2023).

8 - Deu-se ciência de importante documento do CADES Cidade Ademar, que trata da necessidade de proteção das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM.

9 - Agestor local do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis - PAVS nos territórios da Lapa de Pinheiros, Élen Soares, informou estar presente em reunião dada uma solicitação da Secretaria do Verde e Meio Ambiente - SVMA para que o PAVS participasse das reuniões dos CADES com o objetivo de pensar em ações integradas entre CADES e PAVS, com o tema "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

10 - Apesar dos pedidos dos problemas relatados pelos presentes quanto à limpeza de praças, como as Corujas, o coordenador de projeto e obras reiterou que, desde o governo municipal de Gilberto Kassab, as equipes de limpeza não lidam com a área internada das praças e, portanto, não são colocadas as lixeiras no seu interior, mas tão somente nas calçadas que as circundam.

11 - Quanto à Praça Presidente Camille Chamoun, que tem área de estacionamento sem se saber se a mesma pertence à prefeitura ou à escola local, sugeriu-se fazer algum projeto para essa área, no sentido de pressionar para uma definição.

12 - No que se refere à Praça Waldir Azevedo, deu-se ciência de denúncia do morador Douglas Pankrage, que informou que na última obra de troca de postes de iluminação levaram as lixeiras embora e não colocaram outras no lugar e, por falta de opção de descarte de lixo, muitos frequentadores o acabam descartando no chão. Names praça haveriam problemas de vazamento de esgoto próximo do parque das crianças, além da já tradicional prática do chamado "dogging" (sexo em local público), aproximadamente das 21h às 4h, que, apesar de providências locais já havidas, continuariam desrespeitando moradores e pessoas que procuram a praça para outras atividades durante o período noturno.

13 - No que se refere à rua Francisco Isoldi, uma ladeira com muitos degraus irregulares na calçada vem provocando acidentes e tombos de pedestres, sugerindo-se instalar corrimão ou guarda-corpo, algo que, conforme informou-se, não parece ter precedentes na cidade.

14 - Os representantes da Subprefeitura informaram desconhecer a relação de coletivos que atuam na região, tendo tão somente a relação de associações, algo que, na exposição dos demais conselheiros, precisaria ser recuperado, já que, na revisão de zoneamento anterior e em outros momentos da administração local, todos os coletivos foram chamados democraticamente para também opinar pela região, mencionando-se o protagonismo de coletivos como o Movimento Pró-Pinheiros e Coletivos das Vilas Beatriz, Idae Jataí, dentre outros.

15 - Estabeleceu-se um profícuo debate sobre os planos de bairro, tendo o representante da SMUL, Tadeu Lara Baltar da Rocha, alertado sobre a importância do compromisso oficial do poder público quanto a realmente executar o que vier a ser deliberado conjuntamente, para que o plano de bairro não vire letra morta. Destacou-se que, em 2014, lamentavelmente, não houve a elaboração de planos de bairro na cidade, com provável exceção de Itaim Paulista, região que mais teria avançado. Também lamentou-se a ausência de representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da Prefeitura de São Paulo - SIURB, que havia sido convidado para a reunião visando expor sobre os Cadernos de Drenagem (Cadernos de Bacia Hidrográfica),

exposto recentemente sob consulta pública. Conforme abordou-se, esses cadernos poderiam embasar os trabalhos dos planos de bairros.

16 - Leu-se texto encaminhado, a pedido do coordenador adjunto, pela conselheira Ana Maria Wilhelm, que teve justificada a ausência à reunião, quanto ao processo de planos de bairros para a região da Subprefeitura de Pinheiros: “Prezados colegas conselheiros do CADES Pinheiros: Venho nesta reunião, de forma virtual e por escrito, apresentar um pedido aos colegas que representam o governo executivo neste CADES de PINHEIROS. Recentemente, no mês de Julho de 2023, foi sancionada pelo Prefeito, a Lei que trata da revisão do Plano Diretor de São Paulo. Nessa nova fase, o tema dos Planos de Bairro foi finalmente incorporado. Nós, representantes da sociedade civil, queremos agilizar com urgência esse processo nessa subprefeitura de Pinheiros, dado ao fato de ser a área mais afetada pela transformação e ser constituída por bairros consolidados e históricos da cidade. Solicitamos que seja criada uma área de apoio ao processo de planejamento, com todos os dados necessários para um rápido diagnóstico sobre os bairros que constituem essa subprefeitura. Entendemos que o processo de Planos de Bairro deva ser amplamente participativo e munido de dados qualificados para que possamos rapidamente chegar em propostas que façam com que a região siga qualificada. Corremos imenso risco dessa região da cidade ficar muito prejudicada se não desenharmos soluções urbanas para essa nova consolidação. Entendemos também que o processo deverá ser concluído pelos Conselhos Participativos e que os demais Conselhos, como o CADES, sejam incorporados como especialistas temáticos. Como representante da Associação de moradores da Rua Ministro Costa e Silva, em Pinheiros, tomamos a iniciativa de convidar o Laboratório de Políticas Públicas da FAU Mackenzie para nos assessorar nesse processo. Estamos em processo de organizar o método e os passos para que Pinheiros tenha rapidamente visão e propostas para seu Plano de Bairro. Entendemos também, que o processo se beneficiaria se analisado e dividido por bairros. A Subprefeitura contempla diversos bairros com problemas distintos. Sugerimos que a Subprefeitura apresente Planos de Bairros. Para que isso possa caminhar metodologicamente de forma exemplar, sugerimos iniciarmos o processo com a constituição de uma sala de situação que reflita os principais indicadores e problemas da região. Pedimos que sejam designados profissionais que possam nos apoiar nesse processo. E que a partir de agosto de 2023, tenhamos o processo de Planos de Bairro em ação nessa subprefeitura. Me coloco totalmente à disposição para pensar os juntos os passos e o plano de ação. Peço que seja registrado em ATA dessa reunião esta proposta. Atenciosamente, Ana Maria Wilhelm”.

DELIBERAÇÕES:

- 1- O Subprefeito inserirá no orçamento de 2024 mais plantios de árvores, propondo, para 2023, um plantio na forma de mutirão em local a ser definido pelo GT Cidade Verde, em um sábado de outubro.
- 2- Será necessária uma reunião entre o CADES Pinheiros, a Subprefeitura e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA para determinar a melhor forma de adequar o projeto do GT Cidade Verde apresentado em reunião, lembrando-se, também, que em outubro as chuvas costumam obrigar a remoção de muitas árvores, o que acaba gerando o deslocamento de equipes da prefeitura para essas emergências.
- 3 - A Subprefeitura de Pinheiros indicará um interlocutor de sua área de planejamento para auxiliar e dispor das informações necessárias aos coletivos e associações para a elaboração dos planos de bairros.
- 4 - Caberá à subprefeitura recuperar e atualizar a relação de coletivos da região de Pinheiros, além das associações já cadastradas, visando também consultá-las e convidá-las a serem parceiras em atividades na região.
- 5 - Pede-se solução para questões trazidas em reuniões anteriores pela conselheira Celina Cambraia F. Sardão, como a definição de a quem pertenceria o estacionamento da Praça Presidente Camille Chamoun bem como um posicionamento à sua sugestão de transferência de relógio do canteiro central da Av Santo Amaro (entre a Av. Morumbi e rua Pássaros e Flores) para a parte da calçada concretada na esquina com a Av Morumbi, nesse mesmo canteiro central.
- 6 - Em futura pauta, constará a apresentação do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis - PAVS nos territórios da Lapa de Pinheiros com o tema "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS".
- 7- Aproximadamente a reunião ordinária do CADES, a ter lugar em 15 de agosto às 16h, será excepcionalmente virtual, devendo o coordenador adjunto encaminhar o link da reunião junto com a minuta de pauta a ser publicada.
- 8- Embora explicado o seu teor mas não lido o texto em reunião do dia anterior, deu-se como aprovado o apoio do CADES Pinheiros ao documento elaborado pelo CADES Cidade Ademar, abaixo reproduzido, em proteção às Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais - APRM: “... Desde quando foi criada a Lei de

Proteção de Mananciais (Leis Estaduais 898 de 18 de dezembro de 1975 e 1.172 de 17 de novembro de 1976) as Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais – APRM foram sendo ocupadas principalmente por moradias da população de baixa renda. As ocupações deram-se com tamanha rapidez e volume que impossibilitaram a fiscalização que deveria impedir a derrubada de árvores para dar lugar às construções. O grau de gravidade é tal que não é exagero afirmar que as APRMs estão caminhando para a extinção. O diagnóstico preciso é que as APRMs encontram-se no meio de uma luta, um confronto. De um lado o déficit habitacional, ou seja, a falta de moradias para a população de baixa renda e do outro, a necessidade de preservação ambiental. Diante da impotência até mesmo do poder público, a questão habitacional prevalece sobre a ambiental, como pode-se ver nas assistidas imagens disponíveis no Google. Estima-se que hoje nada menos que 2 milhões de pessoas morem nas APRMs em favelas e barracos – ou “habitação sub-normais” conforme classificação do IBGE. Ultimamente o problema agravou-se com a chegada do crime organizado por volta de 2010 de acordo com dossiê elaborado pelo ex-vereador Gilberto Natalini (disponível em FINAL_Dossie2_VersaoFinal.pdf (natalini.com.br)), documento que se tornou a principal referência no assunto. Transcrevemos aqui parte da introdução do dossiê com destaque em negrito para o faturamento com a venda dos lotes. Introdução. **DESTRUÍRAM A MATA ATLÂNTICA PARA EMBOLSARDINHEIRO.** Todos os dias dezenas de árvores da Mata Atlântica são criminosamente derrubadas no Município de São Paulo. A maior parte da cobertura vegetal vai ao chão na Zona Sul da Cidade para que organizações criminosas implantem loteamentos clandestinos em áreas de proteção ambiental. As temperaturas de São Paulo sofreram aumento de 2° C nos últimos 50 anos. Para os cientistas, a melhor resposta ao problema – a mais rápida e eficiente – é o plantio de árvores. Diretor do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Marcos Buckeridge defende quadruplicar o número de árvores no Município. Calcula que existam 650 mil árvores nas vias públicas e praças da Cidade. “Podiam ser 3 milhões”, diz ele. As árvores retiram gás carbônico (CO²) da atmosfera e o armazenam em troncos e galhos. Por ora, cientistas apontam que o plantio de 1 trilhão de árvores em todo o Planeta poderia ajudar a neutralizar as emissões de carbono provocadas pelo modelo de sociedade com base na petro economia. Se as “organizações” que derrubam a Mata Atlântica em São Paulo para pôr no lugar bairros clandestinos continuarem livres para agir, temperaturas elevadas e poluição atmosférica substituirão árvores, e esgotos a céu aberto e águas contaminadas tomarão os cursos de água, córregos e do que ainda resta de água limpa que chega às Represas de Guarapiranga e Billings. Milhares de nascentes que abastecem as duas represas vão desaparecer. Se nada for feito, terá sido esse “desenvolvimento” do extremo da Zona Sul. Em 29 de Maio de 2019 o Vereador Gilberto Natalini requereu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a devastação das áreas verdes e de proteção ambiental no Município de São Paulo. Vereadores que defendem os interesses políticos da Prefeitura, porém, não permitiram o funcionamento da CPI, cujos trabalhos de apuração certamente vinculariam a destruição da Mata Atlântica aos objetivos econômicos de organizações criminosas que transformavam as florestas em loteamentos clandestinos. Em Agosto de 2019, a Primeira Edição do Dossiê “A Devastação da Mata Atlântica no Município de São Paulo” (acessível por meio do site www.natalini.com.br) listava 90 áreas dentro do território da Cidade que já haviam sido desmatadas nos últimos cinco anos ou vinham perdendo os respectivos remanescentes de cobertura vegetal nesse período. Do total, 46 áreas foram medidas. Somavam quase 3 milhões de metros quadrados – espaço suficiente para 500 mil árvores. Ou seja, meio milhão de árvores tinham ido ao chão em cinco anos em São Paulo ou estavam sendo derrubadas naquele momento. Em seu lugar, caso logo fosse em êxito, grupos se estabeleceriam 20 mil lotes clandestinos (150 metros quadrados cada um, somando as áreas em comum). Vendidos a R\$ 50 mil o lote, proporcionariam faturamento de R\$ 1 bilhão – dinheiro suficiente para subornar quem fosse necessário e ainda assim garantir bons lucros. Os 11 primeiros casos de destruição da Mata Atlântica aqui registrados fizeram parte de um parecer técnico da Engenheira Agrônoma Maria Elena Basílio (já integra esta Primeira Edição do Dossiê). Todos ficam em Área de Proteção de Mananciais. A Mata Atlântica – Floresta Ombrófila Densa, ou floresta tropical pluvial, tem característica de proteger os mananciais hídricos. Como se vê, o que resta de Mata Atlântica é imprescindível à saúde do sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana. As árvores são estratégicas para assegurar boas condições de vida a milhões de pessoas em São Paulo. Diante deste quadro desolador os conselheiros de CADES resolveram elaborar este manifesto solicitando ao poder público especial atenção ao problema. Para os conselheiros o enfrentamento à questão requer investimentos em moradia popular, as conhecidas HIS – Habitação de Interesse Social – ressaltando-

se a necessidade de criação de um plano habitacional específico para as APRMs. A SEHAB não informa em seu site o número de famílias que moram de aluguel na periferia de São Paulo, mas o fato é que são milhares e se nada for feito certamente os moradores vão comprar lotes clandestinos oriundos de atividade criminosa como revela o dossiê Natalini. Entretanto, construir HIS para atender à demanda por moradias nas APRMs não significa construir nesses locais. Pelo contrário, quando o governo constrói grandes conjuntos habitacionais ou equipamentos públicos de grande porte nas APRMs está só ajudando a consolidar e estimular ainda mais as ocupações irregulares a serem desmontadas e a contribuir para aumentar o espraio da mancha urbana em direção aos mananciais e ao cinturão verde que envolve a metrópole e faz parte da Reserva Biosfera assim classificada pela UNESCO em 1994. Memórias do Instituto Florestal (infraestrutura meio ambiente.sp.gov.br). Existem áreas ociosas mais próximas ao centro onde já há estrutura pronta de transporte e saneamento básico que podem receber HIS. Algumas vezes são bairros inteiros que mudaram de perfil no início dos anos 70 quando São Paulo deixava de ser industrial para tornar-se uma cidade de serviços. Ao construir HIS nesses bairros, além de evitar a derrubada de mais árvores na periferia, o governo estará utilizando a infraestrutura já existente e contribuindo para o adensamento da cidade, tema que tem sido recorrente nas discussões sobre o Plano Diretor Estratégico – PDE. Reiterando, a reivindicação dos conselheiros de CADES é a elaboração de um plano habitacional voltado especificamente para as APRMs sem o que estaremos assistindo de braços cruzados à extinção desse precioso patrimônio natural da metrópole. Não podemos aceitar a desculpa de que não há dinheiro. Somente neste ano de 2023 a prefeitura anunciou dispor de superávit de \$36,6 bilhões em caixa (link abaixo) o que daria para construir 366 mil moradias HIS. Dinheiro parado no caixa da Prefeitura já rendeu R\$ 1,5 bi em juros | Metrôpoles (metropoles.com) Isto sem falar que o orçamento previsto para 2024 já é aprovado pela Câmara Municipal e de \$107,3 bilhões. Portanto há dinheiro. O que falta é a vontade em resolver o problema. Precisamos agir antes que seja tarde demais. São Paulo 28 de Junho de 2023. Conselheiros de CADES.”.

(Link do CADESPinheiros: <https://linkfly.to/CADESPINHEIROS>)

Conselheiros Titulares da Sociedade Civil Flávio Augusto W. Scavasin Isaura Maria Ribeiro S. Leite Julianade Freitas Leal Diego Ramos Lahoz Glaucia Maria M. Santelli Celina Cambraia F. Sardão Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil Helena Napoleon Degreas Helena Maria Moura Fragomeni Subprefeitura de Pinheiros Leonardo William Casal Santos Luis Fernando Guillon Pinto Luiz Tiengo Júnior Norival Nunes Rodrigues Junior Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento Tadeu Lara Baltarda Rocha Convidados Élen Soares José Maurício dos Santos Mendes